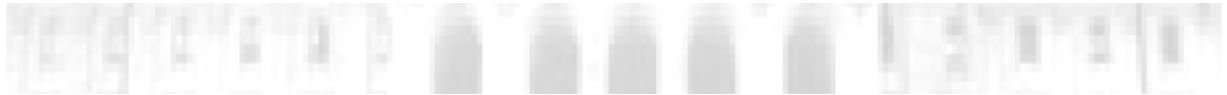




Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares



**Aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente
regulamentação**

Relatório de progresso referente à 2.^a Sessão Legislativa da X Legislatura

15 de Setembro de 2006 a 14 de Setembro de 2007

Lisboa

NOTA

O presente relatório foi aprovado na reunião de 17 de Outubro de 2007 da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, tendo os respectivos trabalhos preparatórios sido efectuados na Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar.

Este relatório visa cumprir o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia da República.

Apresenta a seguinte informação:

- As leis publicadas na 2.ª Sessão Legislativa da X Legislatura e as respectivas normas de regulamentação;
- As normas de regulamentação respeitantes às leis, publicadas na 1ª Sessão Legislativa da X Legislatura, com regulamentação pendente.

Inclui ainda quadros estatísticos relativos à regulamentação das leis, destacando-se a Lei do Orçamento do Estado para 2007.

•

Quadro Estatístico
Relatório de Progresso Relativo à Aprovação e
Entrada em Vigor das Leis e das Consequentes Normas de Aplicação

Leis/Anos			2005	2006	2007	Total	
Leis de Autorização Legislativa	Utilizadas		0	3	7	10	
	Não utilizadas	Dentro do prazo	0	0	5	5	
Outras Leis	Carecem de regulamentação	Regulamentadas		2	10	4	16
		Parcialmente regulamentadas	Dentro do prazo	0	0	1	1
			Fora do prazo	1	1	0	2
			Sem prazo	0	3	3	6
		Não regulamentadas	Dentro do prazo	0	0	5	5
			Fora do prazo	1	5	2	8
			Sem prazo	0	3	14	17
Não carecem de regulamentação		0	4	24	28		
Total			4	29	65	98	

Lei n.º 53-A/2006 de 29 de Dezembro
Orçamento do Estado para 2007

Leis/Ano		2007	Total
Leis de Autorização Legislativa	Utilizadas	6	15
	Parcialmente utilizada	1	
	Não utilizadas	8	
Artigos que carecem de regulamentação	Regulamentados	16	23
	Não regulamentados	7	
Total			38

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
39-A/2005, de 29 de Julho	Primeira alteração à Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2005) AL	Artigo 25.º Renovação de autorizações legislativas	Sem prazo de regulamentação	Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro DR I S n.º 249 — 4º Supl. Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro DR I S n.º 10	COF
40/2005, de 3 de Agosto	Cria o SIFIDE, sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial	_____	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 23627/2006, de 29 de Outubro DR II S n.º 223	CAEIDR
44/2005, de 29 de Agosto	Lei das associações de defesa dos utentes de saúde	Artigo 10.º Regulamentação	26 de Dezembro de 2005 (120 dias)	Não regulamentada	CS
53/2005, de 8 de Novembro	Cria a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social	Artigo 3.º, n.º 1 e n.º 7 Disposições finais e transitórias	10 de Fevereiro de 2006 (90 dias)	DL n.º 165/2007, de 3 de Maio DR I S A n.º 85	CACDLG
		Artigo 45.º n.º 2 (do estatuto) Função de fiscalização	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1404/2006, de 18 de Dezembro DR I S n.º 241	
		Artigo 51.º (do estatuto) Taxas	11 de Janeiro de 2006 (60 dias)	Port. n.º 136/2007, de 29 de Janeiro DR I S n.º 20	
58/2005, de 29 de Dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas ¹	Artigo 9.º Administrações das regiões hidrográficas	30 de Junho / 30 de Dezembro de 2006 (6 meses / 1 ano)	DL n.º 208/2007, de 29 de Maio DR I S n.º 103	CPLAOT
		Artigo 12.º n.º 3 Conselhos da região hidrográfica	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 208/2007, de 29 de Maio DR I S n.º 103	
		Artigo 22.º n.º 2 Planos de ordenamento dos estuários	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 32.º n.º 4 Tipos de medidas	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio DR I S n.º 105	
		Artigo 35.º n.º 2 Medidas de conservação e reabilitação das zonas húmidas	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio DR I S n.º 105	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
58/2005, de 29 de Dezembro (cont.)	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas	Artigo 102.º n.º 1 e 2 Normas complementares	30 de Janeiro e 30 de Março de 2006 1 mês / 3 meses	DL n.º 77/2006, de 30 de Abril DR I S A n.º 64 Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto DR I S n.º 166 DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio DR I S n.º 105 Parcialmente regulamentada	CPLAOT
60-A/2005, de 30 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2006	_____	Sem prazo de regulamentação	RCM n.º 158/2006, de 27 de Novembro DR I S n.º 228	COF
		Artigo 6.º Transferências orçamentais	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	Disp. n.º 25505/2006, de 14 de Dezembro DR II S n.º 239	
		Artigo 26.º Transportes escolares	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	Port. n.º 602/2007, de 21 de Maio DR I S, n.º 97	
	AL	Artigo 34.º Taxas das autarquias locais	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro DR I S n.º 249 – 4.º — Supl.	
		Artigo 45.º n.º 3 Imposto sobre o valor acrescentado	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	DL n.º 21/2007, de 29 de Janeiro DR I S n.º 20	
		Artigo 50.º n.º 8 Imposto automóvel	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	DL n.º 33/2007, de 15 de Fevereiro DR I S n.º 33	
		Artigo 76.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 279/2003, de 8 de Novembro	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	DL n.º 107/2007, de 10 de Abril DR I S n.º 70	
		Artigo 82.º a 88.º Financiamento / Dívida flutuante / Títulos de dívida / Dívida pública directa do Estado	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	Disp. n.º 25586/2006, de 18 de Dezembro DR II S n.º 241	
		Artigo 96.º Comissões para a dissuasão da toxicod dependência	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	Não regulamentada	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
60-A/2005, de 30 de Dezembro (cont.)	Orçamento do Estado para 2006	Artigo 102.º Objectos apreendidos por órgãos de polícia criminal	31 de Dezembro de 2006 (1 ano)	DL n.º 11/2007, de 19 de Janeiro DR I S n.º 14	COF
1/2006, de 13 de Janeiro	Estatuto Jurídico do Conselho Nacional de Juventude	Artigo 13.º Regulamentação	13 de Abril de 2006 (90 dias)	Não regulamentada	CECC
5/2006, de 23 de Fevereiro	Aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições ²	Artigo 53.º n.º 2 Marca de origem	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
		Artigo 77.º n.º 3 Responsabilidade civil e seguro obrigatório	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1071/2006, de 2 de Outubro DR I S n.º 190	
		Artigo 83.º n.º 1 / 117 n.º 2, al. b) e e) Taxas devidas / Regulamentação a aprovar	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 256/2007, de 12 de Março DR I S n.º 50	
		Artigo 117.º Regulamentação a aprovar	Sem prazo de regulamentação	DR n.º 19/2006, de 25 de Outubro DR I S n.º 206 Port. n.º 573-B/2007, de 30 de Abril DR I S n.º 83— Supl. Port. n.º 884/2007, de 10 de Agosto DR I S n.º 154 Port. n.º 1165/2007, de 13 de Setembro DR I S n.º 177	
6/2006, de 27 de Fevereiro	Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial ³	—————	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro DR I S n.º 212 — Supl.	CAEIDR
		Artigo 42.º n.º 1 Comunicação do senhorio ao serviço de finanças	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1192-A/2006, de 3 de Novembro DR I S n.º 212 — Supl.	
		Artigo 64.º Legislação complementar	27 de Junho / 26 de Agosto de 2006 120 / 180 dias	DL n.º 156/2006, de 8 de Agosto DR I S n.º 152 DL n.º 158/2006, de 8 de Agosto DR I S n.º 152 Parcialmente regulamentada	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
LO 2/2006, de 17 de Abril	Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade) ⁴	Artigo 3.º Regulamentação	15 de Julho de 2006 (90 dias)	DL n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro DR I S n.º 239 — Supl.	CACDLG
		Artigo 4.º Taxas	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro DR I S n.º 239 — Supl. Port. n.º 710//2007, de 11 de Junho DR I S n.º 111	
13/2006, de 17 de Abril	Transporte colectivo de crianças	Artigo 5.º e 6.º. Licenciamento e identificação de automóveis / Certificação de motos	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 24433/2006, de 28 de Novembro DR II S n.º 229	COPTC
		Artigo 14.º Outros equipamentos	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 25879/2006, de 21 de Dezembro DR II S n.º 244	
		Artigo 28.º Regulamentação	13 de Setembro de 2006 (120 dias)	Port. n.º 1350/2006, de 27 de Novembro DR I S n.º 228 DR. n.º 43/2007, de 26 de Abril DR I S n.º 81	
14/2006, de 26 de Abril	Altera o Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44129, de 28 de Dezembro de 1961, designadamente procedendo à introdução da regra de competência territorial do tribunal da comarca do réu para as acções relativas ao cumprimento de obrigações e à modificação da competência territorial dos solicitadores de execução no âmbito do processo executivo, bem como o Estatuto da Câmara dos Solicitadores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 88/2003, de 10 de Setembro, o regime anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, e o Decreto-Lei n.º 202/2003, de 10 de Setembro	Artigo 2.º Aditamento ao Código de Processo Civil (Artigo 138-A - Tramitação electrónica)	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 593/2007, de 14 de Maio DR I S n.º 92	CACDLG
18/2006, de 29 de Maio	Autoriza o Governo a legislar sobre o saneamento e liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras no âmbito da transposição da Directiva n.º 2001/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Abril, relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito	Artigo 1.º Objecto	1 de Outubro de 2006 (120 dias)	DL n.º 199/2006, de 25 de Outubro DR I S n.º 206	COF

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
22/2006, de 23 de Junho	Autoriza o Governo a legislar sobre a redução do capital social de sociedades comerciais, eliminando a intervenção judicial obrigatória, enquanto medida integrada nas iniciativas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais e registrais, para fomentar o desenvolvimento económico e o investimento em Portugal	Artigo 1.º Objecto, sentido e extensão da autorização legislativa	25 de Dezembro de 2006 (180 dias)	DL n.º 8/2007, de 17 de Janeiro DR I S n.º 12	
23/2006, de 23 de Junho	Estabelece o regime jurídico do associativismo jovem	Artigo 9.º e 11.º Reconhecimento das associações juvenis / Reconhecimento das associações de estudantes	20 de Dezembro de 2006 (180 dias)	Port. n.º 1227/2006, de 15 de Novembro DR I S n.º 220	CECC
		Artigo 34.º, 36.º e 37.º Registo Nacional do Associativismo Jovem / Inscrição no RNAJ / Actualização do registo	20 de Dezembro de 2006 (180 dias)	Port. n.º 1228/2006, de 15 de Novembro DR I S n.º 220	
		Artigo 40.º Apoio financeiro	20 de Dezembro de 2006 (180 dias)	Port. n.º 1230/2006, de 15 de Novembro DR I S n.º 220 Port. n.º 176/2007, de 9 de Fevereiro DR I S n.º 29 Port. n.º 239/2007, de 9 de Março DR I S n.º 49 Port. n.º 834/2007, de 7 de Agosto DR I S n.º 151	
		Artigo 42.º Apoio formativo	20 de Dezembro de 2006 (180 dias)	Port. n.º 1229/2006, de 15 de Novembro DR I S n.º 220	
25/2006, de 30 de Junho	Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infra-estruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem ⁵	Artigo 9.º Auto de notícia	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 21802/2006, de 18 de Outubro DR II S, n.º 208	CACDLG
		Artigo 16.º Cumprimento da decisão	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
27/2006, de 3 de Julho	Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil	Artigo 44.º Autoridade Nacional de Protecção Civil	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 75/2007, de 29 de Março DR I S n.º 63	CACDLG
		Artigo 55.º Formação e instrução	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 62.º Contra-ordenações	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
29/2006, de 4 de Julho	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação ^{6,7}	Artigo 1.º Alterações ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro (Artigo 9.º n.º 2 al. c) - Direitos)	31 de Outubro de 2006 (120 dias)	Não regulamentada	CECC
		Artigo 2.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro (Artigo 9.º-A n.º 2 al. c) - Deveres das associações)	31 de Outubro de 2006 (120 dias)	Não regulamentada	
32/2006, de 26 de Julho	Procriação medicamente assistida	Artigo 48.º Regulamentação	22 de Janeiro de 2007 (180 dias)	Não regulamentada	CS
34/2006, de 28 de Julho	Determina a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e os poderes que o Estado Português nelas exerce, bem como os poderes exercidos no alto mar	Artigo 12.º Coordenadas geográficas	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CDN
35/2006, de 2 de Agosto	Autoriza o Governo a legislar em matéria de ofertas públicas de aquisição	Artigo 1.º Âmbito	29 de Janeiro de 2007 (180 dias)	DL n.º 219/2006, de 2 de Novembro DR I S n.º 211	COF
37/2006, de 9 de Agosto	Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Artigo 14.º, 15.º, 16.º e 17.º Registo dos cidadãos da União / Cartão de residência de familiar de cidadão da União nacional de Estado terceiro / Certificado de residência permanente do cidadão da União/ Cartão de residência permanente para familiares do cidadão da União nacionais de Estado terceiro	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1637/2006, de 17 de Outubro DR II S n.º 200	CACDLG

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
37/2006, de 9 de Agosto (cont.)	Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Artigo 29.º n.º 1 Taxas e encargos	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 1637/2006, de 17 de Outubro DR II S n.º 200	CACDLG
39/2006, de 25 de Agosto	Estabelece o regime jurídico da dispensa e da atenuação especial da coima em processos de contra-ordenação por infracção às normas nacionais de concorrência	Artigo 9.º Procedimentos	Sem prazo de regulamentação	Reg. n.º 214/2006, de 22 de Novembro DR II S n.º 225	CAEIDR
41/2006, de 25 de Agosto	Estabelece os termos e as condições de instalação em território nacional de bancos de provas de armas de fogo e suas munições, desde que de uso civil ⁸	Artigo 8.º Regulamentação	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
42/2006, de 25 de Agosto	Estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de coleccionismo histórico-cultural ⁹	Artigo 41.º Taxas devidas	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 884/2007, de 10 de Agosto DR I S n.º 154 Port. n.º 1165/2007, de 13 de Setembro DR II S n.º 177	CACDLG
46/2006, de 28 de Agosto	Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde ¹⁰	Artigo 16.º Regulamentação	26 de Dezembro de 2006 (120 dias)	DL n.º 34/2007, de 15 de Fevereiro DR I S n.º 33	CACDLG
47/2006, de 28 de Agosto	Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares	Artigo 24.º Regime do preço dos manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos	26 de Novembro de 2006 (90 dias)	Port. n.º 792/2007, de 23 de Julho DR I S n.º 140	CECC
		Artigo 29.º Empréstimos de manuais escolares e de outros recursos didácticos - pedagógicos	29 de Agosto de 2007 (1 ano)	Desp. n.º 19165/2007, de 24 de Agosto DR II S n.º 163	
		Artigo 37.º Regulamentação	26 de Novembro de 2006 (90 dias)	DL n.º 261/2007, de 17 de Julho DR I S n.º 136	
49/2006, de 29 de Agosto	Estabelece medidas de protecção da orla costeira ¹¹	Artigo 4.º Regulamentação	31 de Março de 2007 (90 dias)	Não regulamentada	CPLAOT

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
50/2006, de 29 de Agosto	Aprova a lei quadro das contra-ordenações ambientais	Artigo 67.º Certificado de cadastro ambiental	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CPLAOT
		Artigo 69.º Criação	31 de Dezembro de 2006 (120 dias)	Não regulamentada	
		Artigo 72.º Actualização das coimas	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
53/2006, de 31 de Agosto	Estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública visando o seu aproveitamento racional Orçamento do Estado para 2007 ¹²	_____	_____	Não carece de regulamentação	CTSS
53-A/2006, de 29 de Dezembro	Orçamento do Estado para 2007	Artigo 12.º Retenção de montantes nas transferências	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		AL Artigo 26.º Transferência de competências para os municípios e freguesias	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro DR I S n.º 10	COF
		Artigo 27.º n.º 2 Transportes escolares	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 29.º Competências a exercer pelas áreas metropolitanas e associações de municípios	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 30.º n.º 2 Remuneração dos eleitos das juntas de freguesia	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 50.º Autorizações legislativas no âmbito do IRS	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 56.º Autorizações legislativas no âmbito do IRC	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 63.º Regiões de turismo e juntas de turismo	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Desp n.º 9887/2007, de 29 de Maio DR I S n.º 103	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
53-A/2006, de 29 de Dezembro (cont.)	Orçamento do Estado para 2007	Artigo 69.º Alterações ao Código dos Impostos Especiais de Consumo (Artigo 71.º - Isenções)	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		Artigo 71.º Taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 30-A/2007, de 5 de Janeiro DR I S n.º 4	
		AL Artigo 73.º Autorizações legislativas no âmbito do IEC	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 211/2007, de 22 de Fevereiro DR I S n.º 38 Parcialmente regulamentada	
		Artigo 77.º Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (Artigo 33.º - Iniciativa da avaliação) ¹³	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 768/2007, de 9 de Julho DR I S n.º 130	
		Artigo 82.º Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (Artigo 22.º - A – Fundos de capital de risco) Artigo 83.º Aditamento ao EBF (Artigo 22.º - B n.º 2 al. a) / Artigo 56.º - B n.º 2 – Fundos de investimento imobiliário em recursos florestais / Reorganização de empresas em resultado de actos de concentração de acordos de cooperação)	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro DR I S B n.º 37	
		Artigo 83.º Aditamento ao EBF (Artigo 39.º - B n.º 7 – Benefícios relativos à interioridade)	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 170/2002, de 28 de Fevereiro DR I S B n.º 50	
		AL Artigo 86.º Autorização legislativa no âmbito dos benefícios fiscais	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
53-A/2006, de 29 de Dezembro (cont.)	Orçamento do Estado para 2007	AL Artigo 92.º Autorização legislativa no âmbito da LGT	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
		AL Artigo 98.º Autorização legislativa no âmbito do planeamento fiscal	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 105.º Alteração do Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais	29 de Junho de 2007 (180 dias)	DL n.º 228/2007, de 11 de Junho DR I S n.º 111	
		Artigo 110.º Limite das prestações de operações de locação	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 50-A/2007, de 6 de Março DR I S n.º 46	
		Artigo 112.º Princípio da unidade de Tesouraria	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 50-A/2007, de 6 de Março DR I S n.º 46	
		AL Artigo 113.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		AL Artigo 119.º Limites de endividamento líquido global	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	RCM n.º 37/2007, de 22 de Fevereiro DR I S n.º 38	
		AL Artigo 120.º Condições gerais de financiamento	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	RCM n.º 37/2007, de 22 de Fevereiro DR I S n.º 38	
		Artigo 123.º n.º 2 Compra em mercado e troca de títulos de dívida	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	RCM n.º 37/2007, de 22 de Fevereiro DR I S n.º 38	
		Artigo 124.º Gestão da dívida pública directa do Estado	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	RCM n.º 37/2007, de 22 de Fevereiro DR I S n.º 38	
		Artigo 125.º n.º 2 Necessidades de financiamento das Regiões Autónomas	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
53-A/2006, de 29 de Dezembro (cont.)	Orçamento do Estado para 2007	AL Artigo 132.º Alteração da Lei n.º 30/2003 de 22 de Agosto	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 230/2007, de 14 de Junho DR I S n.º 113	COF
		Artigo 136.º Governos Cívicos	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 137.º Fundo Português do Carbono	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 108/2007, de 12 de Abril DR I S n.º 72	
		AL Artigo 143.º Interconexão de dados	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 309/2007, de 7 de Setembro DR I S n.º 173	
		Artigo 147.º Medicamentos comparticipados	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 30-B/2007 de 5 de Janeiro DR I S n.º 4 — 2.º Supl.	
		Artigo 148.º Taxa moderadora	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Port. n.º 395-A/2007 de 30 de Março DR I S n.º 64 — Supl.	
		Artigo 149.º Convenções	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Desp. n.º 2495/2007 de 21 de Fevereiro DR II S n.º 37 Desp. n.º 17309/2007 de 6 de Agosto DR II S n.º 150	
		Artigo 151.º Produtos farmacêuticos e de consumo clínico	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Desp. n.º 2496/2007 de 21 de Fevereiro DR II S n.º 37	
		Artigo 153.º Taxa de comercialização de medicamentos veterinários	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	DL n.º 253/2007 de 9 de Julho DR I S n.º 130	
		Artigo 155.º Alterações ao Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro (Artigo 80.º n.º 2)	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	¹⁴	
		Artigo 156.º Sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Desp. n.º 1235/2007 de 25 de Janeiro DR II S n.º 18	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
53-A/2006, de 29 de Dezembro (cont.)	Orçamento do Estado para 2007 AL	Artigo 162.º Autorização legislativa no âmbito do cadastro do contribuinte	31 de Dezembro de 2007 (1 ano)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
53-B/2006, de 29 de Dezembro	Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social ¹⁵	Artigo 3.º / Artigo 11.º n.º 2 Montante / Aumento extraordinário das pensões	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 106/2007 de 23 de Janeiro DR I S n.º 16	CTSS
53-C/2006, de 29 de Dezembro	Determina a prorrogação da vigência das medidas aprovadas pela Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto, até 31 de Dezembro de 2007	_____	_____	Não carece de regulamentação	CTSS
53-D/2006, de 29 de Dezembro	Altera a contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública	Artigo 4.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 158/2005 de 20 de Setembro (Artigo 5.º-A – Beneficiários extraordinários)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CTSS
		Artigo 6.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 167/2005 de 23 de Setembro (Artigo 5.º-A – Beneficiários extraordinários)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 8.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 212/2005 de 9 de Setembro (Artigo 4.º-A – Beneficiários extraordinários)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
53-E/2006, de 29 de Dezembro	Aprova o regime geral das taxas das autarquias locais	_____	_____	Não carece de regulamentação	COF
53-F/2006, de 29 de Dezembro	Aprova o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto	_____	_____	Não carece de regulamentação	CPLAOT
1/2007, de 11 de Janeiro	Autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações no âmbito do processo contra-ordenacional do regime jurídico do transporte rodoviário de mercadorias	Artigo 1.º Objecto	15 de Maio de 2007 (120 dias)	DL n.º 257/2007 de 16 de Julho DR I S n.º 135	COPTC

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
2/2007, de 15 de Janeiro	Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto	Artigo 1.º Objecto	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COF
		Artigo 8.º Cooperação técnica e financeira	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 11.º Poderes tributários	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 13.º Liquidação e cobrança dos impostos	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 27.º Compensação associada ao FCM	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 42.º Fundo de Regularização Municipal	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 63.º Adaptação às Regiões Autónomas	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
3/2007, de 16 de Janeiro	Adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional ¹⁶	Artigo 3.º Regulamentação	30 de Abril de 2007 (120 dias)	Não regulamentada	CS
4/2007, de 16 de Janeiro	Aprova as bases gerais do sistema de segurança social	_____	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 187/2007 de 10 de Maio DR I S n.º 90 DL n.º 308-A/2007 de 5 de Setembro DR I S n.º 171 – Supl.	CTSS
		Artigo 31.º Desenvolvimento da acção social	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 396/2007 de 2 de Abril DR I S n.º 65 Disp. n.º 6716-A/2007 de 5 de Abril DR II S n.º 68 — Supl.	
		Artigo 36.º Objectivos	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 41.º Prestações	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 49.º Montantes das prestações	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 56.º Obrigações dos contribuintes	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
4/2007, de 16 de Janeiro (cont.)	Aprova as bases gerais do sistema de segurança social	Artigo 57.º Determinação do montante das quotizações e das contribuições	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CTSS
		Artigo 63.º Quadro legal das pensões	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 742/2007 de 25 de Junho DR I S n.º 120	
		Artigo 65.º Acumulação de pensões com rendimentos do trabalho	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 82.º Caracterização	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 86.º Regulamentação, supervisão e garantia dos regimes complementares	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 90.º Formas de financiamento	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 95.º Conselho Nacional de Segurança Social	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 52/2007 de 8 de Março DR I S n.º 48	
		Artigo 96.º Participação nas instituições de segurança social	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 102.º Grupos sócio-profissionais	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 107.º Protecção nos acidentes de trabalho	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
5/2007, de 16 de Janeiro	Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto	Artigo 51.º Regulamentação	19 de Julho de 2007 (180 dias)	Não regulamentada	CECC
6/2007, de 2 de Fevereiro	Autoriza o Governo a alterar o regime dos recursos em processo civil e o regime dos conflitos de competência	Artigo 1.º Objecto	6 de Agosto de 2007 (180 dias)	DL n.º 303/2007 de 24 de Agosto DR I S n.º 163	CACDLG
7/2007, de 5 de Fevereiro	Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização	Artigo 63.º Regulamentação	Sem prazo de regulamentação	Port. n.º 201/2007 de 13 de Fevereiro DR I S n.º 31 Port. n.º 202/2007 de 13 de Fevereiro DR I S n.º 31 Port. n.º 203/2007 de 13 de Fevereiro DR I S n.º 31	CACDLG

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
8/2007, de 14 de Fevereiro	Aprova a lei que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
LO 1/2007, de 19 de Fevereiro	Aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, revogando a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro ^{17 18}	Artigo 62.º Transferência das atribuições e competências para as regiões autónomas	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COF
9/2007, de 19 de Fevereiro	Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança e revoga os Decretos-Leis n.os 225/85, de 4 de Julho, e 254/95, de 30 de Setembro	Artigo 13.º Competência do Secretário-Geral	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 13036/2007 de 26 de Junho DR II S n.º 121	CACDLG
		Artigo 27.º Órgãos e serviços do SIED	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 43.º Acesso aos dados	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 44.º Quadro privativo	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 53.º Remuneração	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 54.º Suplemento	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 58.º Promoção e progressão	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 59.º Uso e porte de arma	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 60.º Pessoal dirigente e de chefia	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 65.º Avaliação de desempenho	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
10/2007, de 6 de Março	Autoriza o Governo a estabelecer o regime jurídico dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais	Artigo 1.º Objecto	9 de Junho de 2007 (90 dias)	DL n.º 280/2007 de 7 de Agosto DR I S n.º 151	COF

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
11/2007, de 6 de Março	Concede ao Governo autorização para, no âmbito do licenciamento da ocupação e utilização de terrenos, serviços e equipamentos, bem como do exercício de qualquer actividade nas áreas do domínio público aeroportuário, rever o Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 280/99, de 26 de Julho.	Artigo 1.º Objecto	9 de Junho de 2007 (90 dias)	DL n.º 268/2007 de 26 de Julho DR I S n.º 143	COPTC
12/2007, de 6 de Março	Prorroga por três anos o prazo de vigência das medidas preventivas de ocupação do solo no local previsto para a instalação da estação de radar secundário da serra do Marão e na área circundante, estabelecidas pelo Decreto n.º 50/2003, de 27 de Outubro	_____	_____	Não carece de regulamentação	COPTC
13/2007, de 9 de Março	Autoriza o Governo a aprovar o regime de utilização dos recursos hídricos	Artigo 1.º Objecto	10 de Setembro de 2007 (180 dias)	DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio DR I S n.º 105 – 2.º Supl.	CPLAOT
14/2007, de 9 de Março	Transmissão dos direitos de antena no serviço público de televisão	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
15/2007, de 3 de Abril	Procede à segunda alteração da Lei n.º 5/93, de 1 de Março (Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares)	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
LO 2/2007, de 16 de Abril	Sétima alteração à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, no que respeita à composição, competências e funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional	_____	_____	Não carece de regulamentação	CDN
16/2007, de 17 de Abril	Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez	Artigo 8.º Regulamentação	21 de Junho de 2007 (60 dias)	Port. n.º 741-A/2007, de 21 de Junho DR I S n.º 118 — Supl. Port. n.º 781-A/2007, de 16 de Julho DR I S n.º 135 — Supl.	CACDLG
17/2007, de 26 de Abril	Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas	Artigo 2.º Sentido	23 de Outubro de 2007 (180 dias)	DL n.º 300/2007 de 23 de Agosto DR I S n.º 162	COF
18/2007, de 17 de Maio	Aprova o Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas ¹⁹	Artigo 3.º Regulamentação	14 de Setembro de 2007 (30 dias)	Port. n.º 902-B/2007, de 13 de Agosto DR I S n.º 155 — Supl. Desp. n.º 20692/2007, de 10 de Setembro DR II S n.º 174	COPTC

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
19/2007, de 22 de Maio	Aprova um novo regime jurídico do trabalho temporário (revoga o Decreto-Lei n.º 358/89, de 17 de Outubro, alterado pelas Leis n.os 39/96, de 31 de Agosto, 146/99, de 1 de Setembro, e 99/2003, de 27 de Agosto)	_____	_____	Não carece de regulamentação	CTSS
20/2007, de 12 de Junho	Autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade das farmácias e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções cometidas no exercício da actividade farmacêutica	Artigo 1.º Objecto	14 de Dezembro de 2007 (180 dias)	DL n.º 307/2007 de 31 de Agosto DR I S n.º 168	CS
21/2007, de 12 de Junho	Cria um regime de mediação penal, em execução do artigo 10.º da Decisão Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de Março, relativa ao estatuto da vítima em processo penal	Artigo 12.º n.º 3 Pessoas habilitadas a exercer as funções de mediador penal	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
		Artigo 14.º n.º 1 Período experimental	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
22/2007, de 29 de Junho	Transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/23/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, alterando a Lei n.º 12/93, de 22 de Abril, relativa à colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana	Artigo 2.º Alteração à Lei n.º 12/93, de 22 de Abril (Artigo 4.º - Confidencialidade)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CS
22-A/2007, de 29 de Junho	Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem	Artigo 17.º n.º 4 (Anexo I - Tipos de declaração)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COF
		Artigo 18.º n.º 4 (Anexo I - Introdução no consumo por operadores registados)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
23/2007, de 4 de Julho	Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho, a presente lei entra em vigor no 30.º dia após a data da sua publicação (3 de Agosto de 2007) ²⁰	Artigo 216.º Regulação	2 de Novembro/1 de Dezembro de 2007 (90/120 dias)	Port. n.º 727/2007, de 6 de Setembro DR II S n.º 172 Parcialmente regulamentada	CACDLG

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
24/2007, de 18 de Julho	Define direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares	Artigo 13.º Regulação	14 de Janeiro de 2008 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	COPTC
25/2007, de 18 de Julho	Autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações no âmbito da transposição das Directivas n.ºs 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, 2006/73/CE, da Comissão, de 10 de Agosto, 2004/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro, e 2007/14/CE, da Comissão, de 8 de Março, e a estabelecer limites ao exercício das actividades de consultoria para o investimento em instrumentos financeiros e de comercialização de bens ou serviços afectos ao investimento em bens corpóreos, bem como a adaptar o regime geral das contra-ordenações às especificidades desta última actividade	Artigo 1.º Autorização legislativa	14 de Janeiro de 2008 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	COF
26/2007 de 23 de Julho	Autoriza o Governo a aprovar um regulamento das custas processuais, introduzindo mecanismos de modernização e simplificação do sistema de custas, a revogar o Código das Custas Judiciais e a alterar os Códigos do Processo Civil, de Processo Penal e de Procedimento e de Processo Tributário	Artigo 1.º Objecto	24 de Janeiro de 2008 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CACDLG
27/2007 de 30 de Julho	Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício	Artigo 16.º Concurso público para serviços de programas de acesso não condicionado com assinatura e condicionado	Sem prazo de regulamentação	Desp. n.º 19973-B/2007, de 27 de Agosto DR II S n.º 168 – 3.º Supl.	CACDLG
		Artigo 17.º Instrução dos processos	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 32.º Aquisição de direitos exclusivos ²¹	Sem prazo de regulamentação	DL n.º 84/2005, de 28 de Abril DR I SA n.º 82	

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
28/2007 de 2 de Agosto	Terceira alteração ao DL n.º 185/93, de 22 de Maio, na parte respeitante à colocação no estrangeiro de menores residentes em Portugal com vista à adopção	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
29/2007 de 2 de Agosto	Décima alteração ao Código de Registo Civil e revogação do Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro	Artigo 2.º Aditamento ao Código de Registo Civil (Artigo 96.º-A / Artigo 101.º-D Declarações de nascimento em unidade de saúde / Diligências officiosas para prevenção de exclusão social)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
30/2007 de 6 de Agosto	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa à interoperabilidade dos sistemas electrónicos de portagem rodoviária na Comunidade, tendo em vista a implementação do serviço electrónico europeu de portagem	_____	_____	Não carece de regulamentação	COPTC
31/2007 de 10 de Agosto	Grandes Opções do Plano para 2008	_____	_____	Não carece de regulamentação	COF
32/2007 de 13 de Agosto	Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros	Artigo 31.º Apoio financeiro e logístico	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
		Artigo 35.º Regime laboral	9 de Fevereiro de 2008 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	
		Artigo 45.º Liga dos Bombeiros Portugueses	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
33/2007 de 13 de Agosto	Regula a instalação e utilização de sistemas de videovigilância em táxis ²²	Artigo 16.º Disposição transitória	12 de Setembro de 2007 (30 dias)	Port. n.º 1164-A/2007, de 12 de Setembro DR I S n.º 176 – Supl.	CACDLG
34/2007 de 13 de Agosto	Estabelece o regime especial dos processos relativos a actos administrativos de aplicação de sanções disciplinares previstas no Regulamento de Disciplina Militar	Artigo 7.º Juizes militares e assessores militares	11 de Novembro de 2007 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CDN

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
35/2007 de 13 de Agosto	Quinta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto	_____	_____	Não carece de regulamentação	COF
36/2007 de 14 de Agosto	Aprova o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura ²³	Artigo 22.º Quadro de pessoal	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
37/2007 de 14 de Agosto	Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo	_____	_____	Não carece de regulamentação	CS
38/2007 de 16 de Agosto	Aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior	_____	_____	Não carece de regulamentação	CECC
39/2007 de 16 de Agosto	Autoriza o Governo a legislar sobre a fixação do limite máximo de idade para o exercício de funções dos pilotos comandantes e copilotos de aeronaves operadas em serviços de transporte público comercial de passageiros, carga ou correio	Artigo 1.º Objecto	19 de Novembro de 2007 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CTSS
40/2007 de 24 de Agosto	Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e actualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil ²⁴	Artigo 3.º Competência	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
		Artigo 13.º Emissão de certidões	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
41/2007 de 24 de Agosto	Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde ²⁵	Artigo 6.º Regime sancionatório	20 de Fevereiro de 2008 (180 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CS
42/2007 de 24 de Agosto	Terceira alteração à Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
43/2007 de 24 de Agosto	Décima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de Março (Estatuto dos Deputados)	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
44/2007 de 24 de Agosto	Autoriza o Governo a legislar em matéria de prevenção e investigação de acidentes e incidentes ferroviários, na medida em que as competências a atribuir aos responsáveis pela respectiva investigação técnica sejam susceptíveis de interferir com o exercício de direitos, liberdades e garantias individuais	Artigo 1.º Objecto	27 de Dezembro de 2007 (120 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	COPTC

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
45/2007 de 24 de Agosto	Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (exercício do direito de petição), alterada pelas Leis n.os 6/93, de 1 de Março, e 15/2003, de 4 de Junho	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
46/2007 de 24 de Agosto	Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção introduzida pelas Lei n.os 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à reutilização de informações do sector público	Artigo 20.º Condições de reutilização	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
		Artigo 32.º Serviços de apoio	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
47/2007 de 28 de Agosto	Primeira alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais ²⁶	Artigo 4.º Regulamentação	29 de Fevereiro de 2008 (60 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CACDLG
48/2007 de 29 de Agosto	15.º alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
49/2007 de 31 de Agosto	Primeira alteração aos Decretos-Leis n.os 312/2003, de 17 de Dezembro, e 313/2003, de 17 de Dezembro, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, que estabelecem o regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, de identificação e registo de caninos e felinos e de aplicação da Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia	Artigo 1.º Alterações ao Decreto-Lei n.º 312/2003, de 17 de Dezembro (Art.º 3.º - Licença de detenção de cães perigosos ou potencialmente perigosos)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
50/2007 de 31 de Agosto	Estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
51/2007 de 31 de Agosto	Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
52/2007 de 31 de Agosto	Adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da segurança social em matéria de aposentação e cálculo de pensões	_____	_____	Não carece de regulamentação	CTSS
53/2007 de 31 de Agosto	Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública ²⁷	Artigo 65.º Regulamentação	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CACDLG
54/2007 de 31 de Agosto	Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo	_____	_____	Não carece de regulamentação	CPLAOT
55/2007 de 31 de Agosto	Regula o financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP - Estradas de Portugal, E. P. E. ²⁸	Artigo 7.º Fixação das taxas do ISP	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	COF COPTC
		Artigo 8.º Concessão	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
56/2007 de 31 de Agosto	Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, e pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, impondo a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
57/2007 de 31 de Agosto	Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas	Artigo 1.º Objecto	4 de Dezembro de 2007 (90 dias)	Dentro do prazo de regulamentação	CAEIDR
58/2007 de 4 de Setembro	Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	_____	_____	Não carece de regulamentação	CPLAOT
59/2007 de 4 de Setembro	Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
60/2007 de 4 de Setembro	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação ²⁹	Artigo 2.º Aditamento ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (Artigo 8.º-A – Sistema informático / Artigo 13.º -A – Parecer, aprovação ou autorização de localização)	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CPLAOT

Lei n.º	Título	Artigo	Prazo	Diploma(s) regulamentador(es)	Comissão
61/2007 de 10 de Setembro	Lei de programação de instalações e equipamentos das forças de segurança ³⁰	_____	_____	Não carece de regulamentação	CACDLG
62/2007 de 10 de Setembro	Regime jurídico das instituições de ensino superior ³¹	Artigo 41.º Instalações	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	CECC
		Artigo 48.º Título de especialista	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 163.º Taxas	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 171.º Composição, modo de funcionamento e competências do Conselho Coordenador do Ensino Superior	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	
		Artigo 181.º Acesso ao ensino superior	Sem prazo de regulamentação	Não regulamentada	

¹ Segundo informação do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares os artigos n.ºs 38.º, 39.º, 48.º, 55.º e 80.º da Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, não estabelecem necessidade de regulamentação.

² A Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro, nos termos do artigo 120.º, entra em vigor 180 dias após a sua publicação (22 de Agosto de 2006), com excepção do disposto nos artigos 109.º a 111.º que vigoram a partir do dia seguinte ao da publicação.

³ A Lei n.º 6/2006 de 27 de Fevereiro, nos termos do artigo 65.º, entra em vigor 120 dias após a sua publicação. Os artigos 63.º e 64.º entram em vigor no dia seguinte ao da publicação.

⁴ A Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril nos termos do artigo 9.º entra em vigor na data de início de vigência do diploma regulamentador.

⁵ A Lei n.º 25/2006 de 30 de Junho, nos termos do artigo 22.º, entra em vigor 120 dias após a sua publicação (28 de Outubro de 2006) com excepção do artigo 19.º que entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

⁶ A Lei n.º 29/2006 de 4 de Julho, nos termos do artigo 6.º entra em vigor no dia seguinte ao da publicação, salvo as que tenham incidência orçamental, que apenas entram em vigor com o início da vigência do Orçamento de Estado de 2007.

⁷ As normas a regulamentar são as do Decreto-Lei n.º 372/90 de 27 de Novembro.

⁸ A Lei n.º 41/2006 de 25 de Agosto, nos termos do artigo 10.º entra em vigor na data em que a Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro iniciar a sua vigência.

⁹ A Lei n.º 42/2006 de 25 de Agosto, nos termos do artigo 43.º entra em vigor na data em que a Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro iniciar a sua vigência.

¹⁰ A Lei n.º 46/2006 de 28 de Agosto, nos termos do artigo 17.º, entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, salvo as que tenham incidência orçamental, que entram em vigor com o Orçamento do Estado para 2007.

¹¹ A Lei n.º 49/2006 de 29 de Agosto, nos termos do artigo 6.º entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao da publicação, devendo a regulamentação ser aprovada no prazo de 90 dias a contar daquela data.

¹² Nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a presente lei é objecto de revisão na sequência da publicação de um novo regime de circulação, carreiras e remunerações da Administração Pública.

¹³ Segundo informação do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, o artigo 77.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, foi objecto de regulamentação através da Portaria n.º 768/2007, de 9 de Julho. No entanto esta portaria vem definir os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2007, nos termos definidos no artigo 44.º do CIRC e do artigo 50.º do CIRS, não referindo o CIMI mencionado no artigo em causa.

¹⁴ Segundo informação do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, o artigo 155.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, procede a alterações ao Decreto-Lei n.º 519-F2/79 de 29 de Dezembro, nomeadamente, ao respectivo artigo

- 80.º n.º 2, não carece de regulamentação, porque a fixação da retribuição prevista foi definida pelo então Ministro da Justiça por Despacho de 5 de Agosto de 1999. No entanto, o referido Despacho não se encontra publicado.
- ¹⁵ Nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 53-B/2006 de 29 de Dezembro, os critérios que determinam a metodologia de actualização das pensões devem ser reavaliados de cinco em cinco anos, em função da sua adequação aos objectivos propostos, nomeadamente a evolução do poder de compra das pensões e a sustentabilidade financeira do sistema de segurança social. A primeira avaliação terá lugar em 2012.
- ¹⁶ Nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 3/2007 de 16 de Janeiro, a presente lei entra em vigor com o Orçamento do Estado para o ano 2007.
- ¹⁷ A Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, nos termos do artigo 65.º estabeleceu que a mesma será revista no ano de 2014.
- ¹⁸ Segundo informação do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares o artigo 15.º n.º 5 da Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de Fevereiro não carece de qualquer regulamentação, porque o processo de transferência de receitas tem vindo a ser concretizado.
- ¹⁹ A Lei n.º 18/2007 de 17 de Maio, nos termos do artigo 4.º, entra em vigor 90 dias após a sua publicação, devendo a regulamentação ser aprovada no prazo de 30 dias a contar daquela data.
- ²⁰ Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho, a presente lei entra em vigor no 30.º dia após a data da sua publicação (3 de Agosto de 2007).
- ²¹ Segundo informação do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares o artigo 32.º da Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho não carece de qualquer regulamentação, porque este assunto já foi definido pelo Decreto-Lei n.º 84/2005, de 28 de Abril. No entanto, este decreto-lei regulamenta a Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto que foi revogada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho.
- ²² Nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 33/2007 de 13 de Agosto, a presente lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação (12 de Outubro de 2007).
- ²³ Nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 36/2007 de 14 de Agosto, a presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.
- ²⁴ A Lei n.º 40/2007 de 24 de Agosto, nos termos do artigo 27.º, entra em vigor no dia 31 de Outubro de 2007. O disposto nos artigos 3.º e 13.º, quanto à emissão de regulamentação aí prevista, entra em vigor no dia 25 de Agosto de 2007.
- ²⁵ Nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 41/2007 de 24 de Agosto a presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.
- ²⁶ A Lei n.º 47/2007 de 28 de Agosto, nos termos do artigo 8.º entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008, devendo a regulamentação ser aprovada no prazo de 60 dias a contar daquela data.
- ²⁷ A Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto, nos termos do artigo 68.º, entra em vigor no prazo de 30 dias, com excepção do artigo 65.º - regulamentação - que entra em vigor no dia seguinte ao da publicação.
- ²⁸ Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 55/2007 de 31 de Agosto a presente lei entra em vigor na data de entrada em vigor do decreto-lei relativo à concessão da rede rodoviária nacional à EP – Estrada de Portugal, E.P.E.
- ²⁹ Nos termos do artigo 130.º da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro a presente lei entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação.
- ³⁰ Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 61/2007 de 10 de Setembro, o Governo deve apresentar de dois em dois anos, nos anos ímpares, uma proposta de lei de revisão da presente programação, cujo anteprojecto deve ser submetido a parecer prévio do Conselho Superior de Segurança Interna, nomeadamente quanto à sua harmonização e compatibilidade com as linhas gerais da política de segurança interna.
A Assembleia da República aprova a revisão da programação de instalações e equipamentos das forças de segurança até 30 dias antes do prazo para apresentação da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano seguinte.
- ³¹ Nos termos do n.º 1 do artigo 184.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, a presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação, sendo nos termos do artigo 185.º objecto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor.

SIGLAS UTILIZADAS

AL	Autorização Legislativa
AV	Aviso
CACDLG	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
CAE	Comissão de Assuntos Europeus
CAEIDR	Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional
CDN	Comissão de Defesa Nacional
CECC	Comissão de Educação Ciência e Cultura
CNECP	Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
COF	Comissão de Orçamento e Finanças
COPTC	Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
CPLAOT	Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território
CS	Comissão de Saúde
CTSS	Comissão de Trabalho e Segurança Social
DC	Despacho Conjunto
Desp.	Despacho
DL	Decreto-Lei
DN	Despacho Normativo
DR	Decreto Regulamentar
Port.	Portaria
RAR	Resolução da Assembleia da República
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
Reg.	Regulamento